



Lei n. 458, de 30 de Novembro de 1950

Dá nome a diversas ruas do Bairro de S. Bernardo

A CAMARA MUNICIPAL DECRETA E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1.º — Ficam denominadas Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo, respectivamente, as ruas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e Minas Gerais e Rio de Janeiro as avenidas 1 e 2 das Casas Populares, na Vila São Bernardo.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 30 de novembro de 1950.

MIGUEL VICENTE CURY
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria do Expediente da Prefeitura Municipal, em 30 de novembro de 1950.

O Diretor,
ADMAR MAIA

AVENIDA RIO DE JANEIRO

Lei nº 458 de 30-11-1950



RIO DE JANEIRO

Habitante: carioca. Unidade da Federação: Rio de Janeiro. Latitude: 22°54'24"S. Longitude: 43°10'21"O. Altitude: 5 m. Área: 1.171 km². População residente: 5.093.496 (1980). Densidade demográfica: 4.349,6 habitantes por km². Prefeito: Júlio Coutinho.

Receita da União (arrecadada no município): não disponível. Receita do Estado (arrecadada no município): não disponível. Receita prevista da Prefeitura: Cr\$ 36.533.272.000,00 (1981). Despesa fixada da Prefeitura: Cr\$ 50.314.915.000,00 (1981). Despesa realizada da Prefeitura: Cr\$ 16.190.039.120,00 (1979).

Principais atividades econômicas: indústria de transformação, produtos alimentícios, metalúrgicos, material elétrico, químico e farmacêutico, bebidas, têxteis, plásticos, mecânica, editorial e gráfica. Empresas estabelecidas: 99.488 (1979). Cooperativas: 29 (1975). Agências bancárias: 712 (1979).

Ensino: 886.887 alunos matriculados em 1.793 unidades escolares de 1.º grau, com 36.114 professores (1978); 201.284 alunos matriculados em 341 unidades escolares de 2.º grau, com 13.113 professores (1978); 57.731 alunos matriculados em 6 universidades, 7 federações de escolas e em 51 estabelecimentos isolados (1978). Bibliotecas públicas: 45 (1976).

Hospitais: 556 (1978). Médicos: não disponível. Leitos: 39.247 (1979).

Veículos licenciados: 813.276 (1979). Transporte ferroviário: Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA. Rodovias federais: BR-040, BR-116 e BR-465. Aeroportos: 6 (1975). Cinemas: 93 (1980). Teatros: 49 (1981). Emissoras de radiodifusão: 21 (1977). Emissoras de televisão: 4 (1981). Jornais: 12 diários (1977). Hotéis: 154 (1980). Telefones: 884.218 (1978).

O Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, capital brasileira por quase dois séculos, segunda cidade do país em população, encontra-se na entrada da baía de Guanabara, em sua margem ocidental. A baía constitui o componente mais importante do seu quadro geográfico, pois é um dos melhores abrigos naturais encontrados pela navegação ao longo da costa do país. O Grande Rio constitui um dos principais centros industriais da América do Sul, só ultrapassado no Brasil pelo complexo formado em torno da cidade de São Paulo. Entre os fatores que contribuíram para seu desenvolvimento figura o porto, que assegura o abastecimento de numerosas matérias-primas e combustíveis. Mas o mais importante desses fatores tem caráter histórico: a posição do Rio como capital fez da cidade o maior mercado consumidor do Brasil e determinou que ali se localizassem numerosas indústrias. Embora o maior número de operários seja mobilizado pela indústria têxtil, seguida de perto pela de vestuário e artefatos de tecidos, ela é suplantada, em valor de produção, pela química e farmacêutica. Outras atividades industriais de destaque são a fabricação de produtos alimentícios, a metalurgia, a transformação de minerais não-metálicos e os setores gráfico e editorial.

Sua passagem a capital do novo Estado do Rio de Janeiro levou a cidade a atravessar um período de adaptação. O decreto de redivisão territorial, de 1.º de julho de 1974, prevendo as dificuldades, estabeleceu uma série de medidas de transição. A mais importante delas

— já que a receita orçamentária da cidade do Rio, muito maior que a do Estado, cairia 70% com a fusão — determinou que percentuais do ICM pertencentes ao Estado, embora recolhidos na capital, continuariam a ser aplicados nela, de modo a evitar o desequilíbrio econômico. Por outro lado, a indústria carioca, que dispunha de recursos financeiros, know-how e mão-de-obra qualificada, está entrando numa nova fase de expansão com o acesso aos fatores materiais de produção (terra, matérias-primas, energia hidráulica) e mão-de-obra barata de que dispõe a região fluminense. Além disso, está sendo organizada em termos definitivos a região metropolitana do Grande Rio, o que não tinha sido possível fazer antes em virtude da existência de municípios pertencentes aos dois Estados.

Na região batizada pela expedição de Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio (1/1/1502) com o nome de Rio de Janeiro, Gonçalo Coelho estabeleceu, em 1503, uma feitoria que não prosperou. A 10 de novembro de 1555, instalou-se nela uma expedição chefiada por Nicolau Durand de Villegagnon, cujo objetivo era fundar no Brasil uma colônia calvinista. Os franceses dominaram a região até fevereiro de 1560, quando foram atacados pelos portugueses chefiados por Mem de Sá. Mas, não tendo sido totalmente destruídos, voltaram a ocupar o lugar. A luta foi reiniciada em março de 1565, por Estácio de Sá, auxiliado por reforços trazidos de São Vicente. Numa batalha novamente comandada por Mem de Sá (20/1/1567) — na qual Estácio de Sá veio a morrer — os invasores foram forçados a se retirar para Cabo Frio, onde continuaram aquartelados; só seriam definitivamente expulsos dali em 1615.

Criada em 1567, no Morro Castelo, como núcleo fortificado visando defender a baía de Guanabara, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro estava destinada a se tornar um dos quatro focos da expansão brasileira. Algumas décadas depois, ela já assumira a função de porto exportador do açúcar do recôncavo fluminense. No século XVIII, serviu de escaadouro para o ouro de Minas Gerais. Em 1763, substituiu Salvador como a capital do Vice-Reino do Brasil, dando assim início à segunda fase de sua história. Nesse século, o Rio funcionou também como empório para a exploração da escravatura, o que contribuiu muito para a mesquinhez de sua população. Entretanto, só no século XIX, com a chegada da família real portuguesa (1808), é que a cidade fortaleceu sua posição político-administrativa como capital do Império e centro econômico da zona cafeeira dos Estados do Rio e Minas Gerais. Metrópole regional de larga porção do Sudeste brasileiro, expandiu muito suas atividades industriais, o que contribuiu para acelerar o ritmo de seu crescimento demográfico e urbano. Até 1950, manteve-se como a primeira cidade do país, inclusive no que toca à população — posição que acabou perdendo para São Paulo. A transferência da capital federal para Brasília, em abril de 1960, não perturbou seu crescimento: o Rio continuou a ser um movimentado centro não só cultural, mas também comercial, favorecendo-o pela presença do segundo porto do país, superado em tonelagem apenas pelo de Santos. Dividindo com São Paulo o papel de metrópole nacional, desempenhando, desde março de 1975, a função de capital do terceiro Estado brasileiro em população e segundo em receita e produção industrial, o Rio de Janeiro partilha ainda com Brasília a posição de capital político-administrativa, pois continua a ser a sede de alguns órgãos da administração federal.

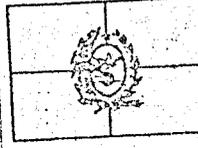
(Extraído de fls. 134 e 135 do "Almanaque Abril" para 1982, da Editora Abril S.A., de São Paulo)

AVENIDA RIO DE JANEIRO

Lei nº 458 de 30-11-1950



RIO DE JANEIRO



Habitante: fluminense. Capital: Rio de Janeiro. Bandeira: retangular, dividida em quatro partes retangulares iguais, sendo brancas as retângulos superior da esquerda e inferior da direita, e azuis os outros. No centro, as armas do Estado. Localização: região Sudeste. Latitude: extremo N — 20°45'46" S; extremo S — 23°21'42" S. Longitude: extremo E — 44°52'06" W; extremo O — 44°52'06" W. Fronteiras: Norte — Minas Gerais e Espírito Santo; Sul — oceano Atlântico; Leste — oceano Atlântico; Oeste — São Paulo. Área: 44 268 km².

Governador: Antônio de Pádua Chagas Freitas (PP). Vice-governador: Hamilton Xavier (PDS). Representantes no Senado Federal (1981): 2 (PMDB); 2 (PDS). Representantes na Câmara Federal (1981): 19 (PP); 12 (PDS); 10 (PMDB); 1 (PTB); 3 (PDT); 1 (sem filiação partidária). Representantes na Assembleia Legislativa (1981): 52. Representantes no Colegiado Eleitoral (1981): 64. Número de eleitores: 5 141 852 (1979).

População residente: 11 297 262 (1980). Densidade demográfica: 255,21 habitantes por km² (1980). Número de municípios instalados: 64 (1981). Número de municípios acima de 50 000 habitantes: 25 (1981). Principais municípios: Rio de Janeiro, Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Volta Redonda, São João do Meriti, São Gonçalo, Petrópolis e Campos.

Contribuição do Estado para a receita da União (em Cr\$ 1 000,00): 111 194 505 (1979). Receita prevista (em Cr\$ 1 000,00): 45 954 562 (1979). Arrecadação de ICM — 32 556 980 (1979). Despesa fixada (em Cr\$ 1 000,00): total — 40 954 562 (1979). Despesa realizada (em Cr\$ 1 000,00): 33 596 020 (1978).

Taxa de desemprego: 7,0% (1.º trimestre de 1979). Setores de atividades (segundo o pessoal ocupado em 1979): primário — 9,24%; secundário — 25,80%; terciário — 64,96%. Salário mínimo mensal: Cr\$ 8 454,80 (maio/1981). Sindicatos de empregados: 232 (1978). Sindicatos de empregadores: 258 (1978). Sindicatos de profissionais liberais: 21 (1978). Empregados sindicalizados: 904 398 (1978). Empregadores sindicalizados: 93 187 (1978). Profissionais liberais sindicalizados: 35 227 (1978).

Número de estabelecimentos da indústria de transformação: 8 137 (1976). Principais produtos: metalúrgicos, químicos, alimentares; têxteis; material de transporte; editorial e gráfico, farmacêuticos e veterinários; mecânicos; material elétrico e de comunicações; bebidas; materiais plásticos; água mineral — 52 123 000 l; calcário — 2 603 593 t; feldspato — 38 108 t; petróleo — 10 460 000 barris (1980); fluorita — 611 t; zircônio — 3 337 t.

Produção de pescado: 178 351 t (1979). Estabelecimentos agropecuários: 75 646 (1975). Principais produtos agrícolas (1979): banana (31 423 000 cachos); laranja (2 625 624 000 frutos); arroz (82 393 t); cana-de-açúcar (9 383 380 t); limão (215 532 000 frutos); mamão (21 647 000 frutos); tomate (97 433 t). Bovinos (efetivo 1979): 1 774 000. Suínos (efetivo 1979): 247 000. Equinos (efetivo 1979): 65 000. COMÉRCIO EXTERIOR: exportação (quantidade) 14 197 057 t (1979); exportação (valor) — US\$ 1 618 230 000 (1979); importação (quantidade) — 21 642 864 t (1979); importação (valor) US\$ 5 200 625 000 (1979).

Usinas (termelétricas e hidrelétricas): 11 (termelétricas); 10 (hidrelétricas). Potência total: 1 922 517 kW (1975). Rede ferroviária: 1 594 km (1977). Rede rodoviária federal: 1 634 km (1979). Re-

de rodoviária estadual: 3 867 km (1979). Rede rodoviária municipal: 18 031 km (1979). Veículos licenciados: 935 352 (1976). Embarcações: 3 609 (1975).

Nascimentos registrados: 233 197 (1978). Hospitais: 544 (1978). Leitos: 70 560 (1978). Médicos em atividade nos hospitais: 13 124 (1974).

ENSINO DE 1.º GRAU (1978): unidades escolares — 6 074; número de professores — 84 256; número de matrículas no início do ano — 2 032 089. ENSINO DE 2.º GRAU (1978): unidades escolares — 695; públicas — 127; particulares — 568; número de professores — 24 017; número de matrículas no início do ano — 338 030. ENSINO SUPERIOR (1979): número de universidades — 9; número de institutos isolados — 102; número de professores — 19 443; número de matrículas no início do ano — 221 305.

Telefones: 1 199 735 (1979). Bibliotecas: 336 (1974). Emissoras de rádio: 64 (1978). Emissoras de televisão: 6 (1979). Jornais: 24 diários (1978).

Quando, em 1960, a capital do país mudou-se para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro — Distrito Federal desde 1834 — foi transformada no Estado da Guanabara. Já nessa época pensava-se em integrá-la ao então Estado do Rio de Janeiro, mas isso não chegou a concretizar-se, pois a União, sobrecarregada com a instalação da nova capital, não podia arcar com as despesas dessa fusão. Os estudos para esse fim, só retomados durante o governo Médici, foram postos em prática nos primeiros dias de governo do presidente Ernesto Geisel, que assinou, a 1.º de julho de 1974, o projeto que o Congresso Nacional aprovou, por 236 votos contra 57, a 27 de março. A fusão realizou-se a partir de 15 de março de 1975. O novo Estado, denominado Rio de Janeiro, tem por capital a cidade do Rio de Janeiro (ex-Estado da Guanabara).

Do ponto de vista econômico, essa fusão favoreceu a região do Grande Rio, antes freada em sua expansão pelo fato de abarcar áreas de dois Estados autônomos, e abriu novo mercado de trabalho tanto para mão-de obra desempregada da Baixada Fluminense — que está sendo absorvida pelas indústrias cariocas menos especializadas, como a da construção civil — quanto para a mão-de obra qualificada da cidade do Rio, aproveitável nas indústrias fluminenses.

O Estado não tem uma agricultura diversificada e produz apenas cana-de-açúcar, laranja, banana, tomate e arroz. Segundo técnicos no assunto, dois fatores impedem o desenvolvimento agrícola do Rio de Janeiro: a grande concentração urbana (92,5% dos habitantes vivem nas cidades) e problemas de solo, clima e hidrografia. Por outro lado, a pecuária, embora expressiva em âmbito estadual, não tem grande destaque no quadro nacional com seus 2 milhões de cabeças de bovinos, equínos e suínos; predomina pecuária leiteira, que corresponde 63% do rebanho, e que foi responsável, em 1980, por uma produção de 500 milhões de litros de leite. Quanto à pesca, o Rio vem apresentando um bom índice de crescimento no setor, e em 1980 liderou a produção nacional de pescado.

Na região de Macaé e Campos está concentrada a produção estadual de petróleo, que atingiu 5 850 000 barris em 1979 e 10 460 000 barris em 1980. Além disso, o Estado possui jazidas de dolomita e mármore, e é o segundo produtor nacional de sal — em 1979, foram extraídas 416 352 toneladas das salinas de Cabo Frio, Araruama e São Pedro da Aldeia. A indústria vem progredindo rapidamente, sobretudo nos setores siderúrgicos, petroquímico e naval. A usina de Volta Redonda, criada em 1942, é a primeira produtora de laminados do país, e a segunda em ferro gusa e aço em lingotes. O complexo industrial do Rio de Janeiro conta, ainda, com fábricas de produtos alimentícios, elétricos, farmacêuticos, têxteis e gráficos. E o turismo — amparado por uma atividade hoteleira bastante desenvolvida — é uma das principais fontes de renda do Estado.

Sede de quase todas as grandes empresas de navegação marítima, o Estado detém, nos estaleiros navais de Angra dos Reis e de Ponta da Areia, 95% da atividade de construção e reparo naval do país. Em 1979, o volume de entregas destes estaleiros foi 1 650 000 toneladas de porte bruto. Historicamente, a capitania do Rio de Janeiro formou-se em consequência da expansão da cidade do mesmo nome, que continuamente ampliou seus limites territoriais. Seu porto ganhou importân-

cia por ser a via de escoamento dos produtos vindos do interior. O comércio florescente com as costas da América apoiava-se na permuta de cachaça por escravos, indispensáveis na lavoura de cana e nos engenhos de açúcar. O progresso da região coincidiu com a elevação da cidade do Rio a sede do governo colonial (1763). A cultura do café fez progredir lugarejos até então destituídos de qualquer importância.

Ao mesmo tempo, ocorria a primeira experiência de colonização estrangeira: a chegada, em 1819, de uma leva de imigrantes suíços que se instalou em Nova Friburgo para dedicar-se à lavoura permitiu uma pressão do que deveria ser feito para contornar o problema iminente da eliminação do trabalho escravo. Mesmo assim, a abolição da escravatura constituiu-se num golpe para a economia essencialmente agrícola do Estado, desencadeando, no início deste século, uma crise econômica seguida de um período de estagnação.

(Extraído de fls.: 109 e 110, do "Almanaque Abril" para 1982, da Editora Abril S.A., São Paulo)